



# Psicologia Social: Desafios e Ações

**Eduardo A. Tomanik e  
Angela Maria Pires Caniato  
(Organizadores)**



Eduardo Augusto Tomanik  
Angela Maria Pires Caniato  
(Organizadores)

PSICOLOGIA SOCIAL:  
DESAFIOS E AÇÕES

1ª edição

Maringá  
ABRAPSO  
2011

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

P974 Psicologia social [recurso eletrônico]: desafios e ações /  
Eduardo Augusto Tomanik, Angela Maria Pires Caniato,  
organizadores. - 1. ed. - Maringá : Abrapso, 2011.

Modo de acesso:<<http://www.dpi.uem.br/abrapso/livro>>  
ISBN 9788586472183

1. Psicologia social. 2. Saúde coletiva. 3. Cultura e  
arte. 4. Sexualidade. 5. Infância e juventude. I. Tomanik,  
Eduardo Augusto, 1954-, org. II. Caniato, Angela Maria  
Pires, org. III. Título.

CDD 22. Ed. 302

**Capítulo 4.2**  
**Psicologia, Diversidade Sexual e Políticas Públicas de**  
**Educação:**  
**um novo dispositivo da sexualidade?**

*Henrique Caetano Nardi*

Este texto tem por objetivo apresentar de forma breve uma análise dos avanços e impasses nas formas de incorporação da dimensão da diversidade sexual nas políticas públicas de educação no Brasil e no cenário internacional. A Psicologia, como disciplina e como campo de produção científica, se faz presente de forma paradoxal<sup>1</sup> no jogo de verdades<sup>2</sup> contemporâneo. No que tange à produção acadêmica brasileira utilizada como base de sustentação às políticas públicas neste campo, a antropologia e a educação tem uma presença maior e podemos mesmo afirmar que existe

---

<sup>1</sup> Ao utilizar o termo paradoxal, remetemos à ideia de uma tensão interna à Psicologia, a qual é marcada por uma disputa entre enunciados que reforçam a hierarquia das sexualidades, a divisão do normal-patológico e um caráter de verdade essencializada sobre o sujeito identificável a partir das expressões da sexualidade e que caracteriza a hegemonia das práticas (uma clínica centrada na sexualidade e nas práticas divisórias, por exemplo) e uma posição de parte do meio acadêmico e institucional (posição do Conselho Federal de Psicologia e determinados Núcleos de Pesquisa, por exemplo) que defende a liberdade de exercício da sexualidade e busca compreender as sexualidades no contexto histórico e social de sua produção. No que se refere às publicações recentes no campo da Psicologia, destacamos o dossiê sobre Homofobia e Educação da Revista de Psicologia Política (vol. 8(16) de 2008) e o dossiê Psicologia e Sexualidade no século XXI da Revista Estudos em Psicologia (vol. 13(4) de 2008).

<sup>2</sup> Por jogo de verdades entendemos a maneira como os saberes se legitimam como verdadeiros a partir das suas formas de enunciação, dos seus suportes materiais e institucionais, dos procedimentos para sua explicitação e do seu engate nas redes enunciativas (Foucault, 1994a).

uma resistência política e acadêmica à presença da psicologia em razão da heteronormatividade<sup>3</sup> que marcou e ainda marca a constituição da disciplina no que diz respeito à normalização das formas de exercício da sexualidade.

As conclusões das pesquisas<sup>4</sup> que temos desenvolvido no Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX-UFRGS) indicam que as políticas de educação que anunciam uma educação não discriminatória nas sociedades ocidentais democráticas e laicas são recentes e derivam das ações dos movimentos sociais dos últimos 40 anos, os quais conquistaram legitimidade política na relação com os governos democráticos, muitas vezes se associando às esferas institucionais em alianças para o desenvolvimento das ações (Nardi, 2008; Nardi e Quartiero, 2008). Embora a visibilidade seja crescente, o preço da conquista de legitimidade dos movimentos LGBTT<sup>5</sup> (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis) remete para os riscos de uma nova normalização identitária (Butler, 2004). No Brasil e no cenário internacional ocidental, encontramos impasses para a implantação de programas educacionais, os quais invariavelmente se deparam com a inexistência/déficit de formação de professoras e professores e com o preconceito que se articula com questões relativas à religião, à classe

---

<sup>3</sup> Por heteronormatividade entendemos a forma como a heterossexualidade se impõe como a norma a partir da qual as outras expressões da sexualidade são julgadas e hierarquizadas.

<sup>4</sup> Agradecemos ao CNPQ e à SEDH pelo suporte financeiro que tem garantido as atividades do Núcleo.

<sup>5</sup> Trata-se de uma sigla com diversas versões (podendo incluir transgêneros, intersexuais e o termo *queer*) e que, se por um lado marca a diversidade da sexualidade e das expressões ou identidades de gênero, por outro, demonstra a dificuldade de caracterizar este campo a partir de referentes identitários, pois sempre existem adendos ou exceções à lista de letras que compõem a sigla. Estaríamos aqui tentando classificar o que Deleuze e Guattari (2010[1972]) nomearam como os “n” sexos/sexualidades possíveis da experiência humana.

---

NARDI, H. C. Diversidade Sexual e Políticas Públicas de Educação: um novo dispositivo da sexualidade. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

social, à racialização<sup>6</sup> das relações sociais e a uma estrutura e dinâmicas sociais constituídas a partir da heteronormatividade.

Em face destas conclusões apresentamos a seguir a hipótese de uma flexão/transformação do dispositivo<sup>7</sup> da sexualidade tal como descrito por Michel Foucault (Foucault, 1976). Esta transformação indicaria a possibilidade da legitimação de ações que buscam reverter o preconceito e a discriminação associados à diversidade sexual e de gênero no campo das políticas públicas de educação.

### **Vivemos uma nova apresentação do dispositivo da sexualidade? O jogo de verdades contemporâneo**

Podemos afirmar de forma sintética (Nardi, 2008) que as condições contemporâneas para a emergência da inclusão de um debate em torno da diversidade sexual na educação (no contexto brasileiro) estão associadas à ação dos movimentos sociais LGBTT que nasceram ou renasceram no Brasil<sup>8</sup> no final da década de 1980 em relação direta ou indireta com a epidemia da aids e com a redemocratização do país. O Programa Brasileiro de combate à aids emerge no mesmo ambiente que alimenta o contexto institucional idealizado pela constituição de 1988 (dita cidadã), cujo marco para as políticas públicas foi a criação do SUS (Sistema Único de Saúde) e a universalização do direito à atenção.

---

<sup>6</sup> Por racialização entendemos com Fassin (2006), a reificação dos sujeitos a partir de uma matriz racial, isto é, a redução das possibilidades de inserção nas redes sociais a partir de uma marca originada de sua cor ou origem.

<sup>7</sup> “Um conjunto heterogêneo, comportando discursos, instituições, conjuntos arquiteturais, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, enfim: o dito como o não dito (...) o dispositivo, nele mesmo, é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos” (Foucault, 1994c, p. 299).

<sup>8</sup> Podemos situar esta emergência no final dos anos 1960 nos EUA, França e outros países do mundo industrializado.

Neste cenário social e político, a ação dos movimentos sociais foi fundamental para reverter a lógica estigmatizante dos chamados “grupos de risco” na primeira fase da epidemia. Esta reação demonstrou a necessidade de abertura do diálogo público sobre a diversidade sexual como forma de combate à epidemia que se alastrava para muito além dos denominados grupos e que fez com que a sexualidade entrasse no debate político de uma forma distinta daquela da patologização/categorização que marcou a afirmação do dispositivo da sexualidade a partir do século XIX (Foucault, 1976).

A aids permitiu que se discutisse a pluralidade das expressões da sexualidade, pois a epidemia foi enfrentada pelos movimentos sociais que assumiram um papel fundamental na definição das políticas públicas e, de certa forma, fizeram com se retomassem discussões originadas na revolução sexual dos anos 1960<sup>9</sup>. A luta pela afirmação do direito a uma “sexualidade plena” defendida pelo feminismo e a defesa do direito a uma homossexualidade vivida fora do armário defendida pelo movimento LGBTT<sup>10</sup> caracterizaram os embates internos relativos às formas de luta contra a epidemia. No campo da saúde mental, temos como marcas das transformações neste campo a retirada da homossexualidade da lista das patologias mentais pela Associação Psiquiátrica Americana em 1973 (fruto da conjugação de esforços de cunho científico internos à associação e dos movimentos sociais) e pela Organização Mundial da Saúde em 17/05/1990. Dia este que se tornou, a partir de 2005, por iniciativa da ONG IDAHO - *International Day Against Homophobia* - a data que marca a luta mundial

---

<sup>9</sup> E também em uma fase anterior, durante a chamada “belle époque” para alguns e “anos loucos” para outros, na década de 1920, até que a onda fascista dos anos 1930 e a moralização posterior à II guerra mundial encerrassem momentaneamente este debate.

<sup>10</sup> O qual tem como marco histórico a resistência emblemática dos freqüentadores do bar Stonewall em Nova Iorque a mais uma incursão da polícia em 1969 e cuja data é comemorada em boa parte do mundo por ocasião das paradas “gay”.

---

NARDI, H. C. Diversidade Sexual e Políticas Públicas de Educação: um novo dispositivo da sexualidade. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

contra a homofobia. No Brasil, cabe ressaltar a decisão do Conselho Federal de Psicologia de condenar tratamentos que prometem a “cura” da homossexualidade.

A aceitação legal da diversidade sexual e da afirmação dos direitos sexuais (Rios, 2006) tem avançado no contexto brasileiro, mais por meio da jurisprudência (reconhecimento do direito à pensão e à adoção por casais do mesmo sexo, etc.) e por ações do executivo mais que na esfera legislativa. Assim, em 2004 o governo brasileiro lançou o programa “Brasil sem Homofobia<sup>11</sup>” do qual fazem parte ações no campo do direito e da educação, principalmente, e que buscam a afirmação da igualdade de direitos e a proteção das minorias sexuais contra efeitos do preconceito e do estigma. Na continuidade deste movimento de legitimação, em 2008, o Governo Lula convoca a I Conferência GLBT, e, em 2009, lança o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e de Direitos Humanos LGBT. Além desta ação no plano do executivo, em 2009 a Câmara dos Deputados promove uma Audiência Pública sobre a Homofobia nas Escolas e publica o conteúdo dos debates em 2010. Neste mesmo ano o Senado também convoca uma audiência. O MEC tem financiado projetos de formação de professores/as (47 projetos no período 2005-2008) e tem publicado materiais e livros, dentre os quais destacamos a coletânea “Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas” (Junqueira, 2009). Destacamos ainda a inclusão da temática na Conferência Nacional de Educação Básica e na Conferência Nacional de Educação<sup>12</sup>. No cenário

---

<sup>11</sup> O nome completo do programa é “Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual”, podemos bem ver como a questão da “democracia sexual” se insere no programa governamental.

<sup>12</sup> Destacamos a seguir as metas e objetivos do Plano Nacional LGBT e das Conferências Nacionais de Educação e de Educação Básica:

- Plano Nacional LGBT: Produzir, apoiar e divulgar pesquisas que analisem concepções pedagógicas, currículos, rotinas, atitudes e práticas adotadas no

NARDI, H. C. Diversidade Sexual e Políticas Públicas de Educação: um novo dispositivo da sexualidade. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

Internacional podemos destacar a publicação dos Princípios de Yogyakarta em 2007, documento que busca balizar a legislação internacional de direitos humanos em relação a sexualidade e identidade de gênero e a realização do Colóquio Internacional “Homofobia e Educação, uma forma de discriminação no sistema educativo: estado da arte, ações e suportes de ações”, realizado em Besançon na França com a participação de pesquisadores e militantes de 17 países.

---

ambiente escolar diante da diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero, para contribuir para a implementação de políticas educacionais voltadas para a superação do preconceito, da discriminação e da violência sexista e homofóbica; Estruturar metodologia que permita categorizar as questões de orientação sexual e identidade de gênero no sistema de coletas de dados educacionais, para o acompanhamento e a avaliação das políticas públicas de educação, incluindo indicadores de violência por motivo de orientação sexual e de identidade de gênero.

- Conferência Nacional de Educação: Ampliar os editais voltados para a pesquisa de gênero, incluindo neles a discussão da diversidade e orientação sexual, e dotando-os de mais financiamento. Estimular, no contexto das ações didático-metodológicas das instituições escolares, o uso dos instrumentos de direito que tenham como foco a questão de gênero e diversidade sexual; Estimular, junto a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a criação de linha de pesquisa, voltada para as temáticas de gênero e diversidade sexual, nos cursos de pós-graduação do Brasil; Incluir nos levantamentos de dados e censos escolares informações sobre evasão escolar causada por homofobia, racismo, sexismo e outras formas de discriminação individual e social.

- Conferência Nacional de Educação Básica: Quanto à diversidade sexual, as políticas de inclusão e diversidade na educação básica deverão: 1. Realizar constantemente a análise de livros didáticos e paradidáticos utilizados nas escolas - conteúdos e imagens, para evitar as discriminações de gênero e de diversidade sexual e, quando isso for constatado, retirá-los de circulação; 2. Desenvolver e ampliar programas de formação inicial e continuada em sexualidade e diversidade, visando a superar preconceitos, discriminação, violência sexista e homofóbica no ambiente escolar, e assegurar que a escola seja um espaço pedagógico, livre e seguro para todos/todas, garantindo a inclusão e a qualidade de vida; 3. Rever e implementar diretrizes, legislações e medidas administrativas para os sistemas de ensino promoverem a cultura do reconhecimento da diversidade de gênero, identidade de gênero e orientação sexual no cotidiano escolar; 4. Garantir que a produção de todo e qualquer material didático-pedagógico incorpore a categoria “gênero” como instrumento de análise, e que não se utilize de linguagem sexista, homofóbica e discriminatória; 5. Inserir os estudos de gênero e diversidade sexual no currículo das licenciaturas.

---

NARDI, H. C. Diversidade Sexual e Políticas Públicas de Educação: um novo dispositivo da sexualidade. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

Do ponto de vista da sustentação teórica destas transformações discursivo-políticas, os saberes associados ao campo da Psicologia também estão presentes, mesmo que os saberes oriundos da Antropologia, Sociologia e Educação tenham maior influência pelas razões já apontadas na primeira parte deste texto. O “aval” da Psicologia se faz presente no que diz respeito às questões relativas aos limites e definições do normal e do patológico referentes à diversidade de expressões da sexualidade; assim como na argumentação a favor ou contrária à igualdade de direitos no que diz respeito à legitimidade de casais do mesmo sexo para adotar crianças ou para fazer uso da reprodução assistida (Uziel, 2006; Zambrano, 2006). Embora, como assinalamos anteriormente, a dimensão da diversidade sexual e de gênero se trata se uma questão de disputa no interior do campo.

O campo discursivo no qual se situam os programas, os projetos e ações que buscam incluir o debate em torno da diversidade sexual na escola é amplo e interdisciplinar, além de ser marcado por uma produção de pesquisa explicitamente politizada. Parte importante dos autores deste campo assume uma postura ao mesmo tempo acadêmica e militante. Poderíamos compreender esta postura no sentido de Foucault, ou seja, uma postura intelectual que se propõe a apontar os riscos do presente e de se mobilizar para agir sobre a dinâmica social estabelecendo parcerias com os movimentos sociais, assim como institucionais, encontrando aliados no seio do governo. Muitos dos conceitos criados no interior deste campo se construíram em oposição e/ou conjugados aos enunciados que marcaram a emergência do dispositivo da sexualidade e sua lógica classificatória e normalizadora.

É no interior deste jogo de verdades - que por uma via instaura a igualdade de direitos na abstração “neutra” (o que equivale, na sociedade contemporânea, à imposição das formas consagradas da dominação masculina e da heteronormatividade) e, pela outra, que busca a igualdade de

---

NARDI, H. C. Diversidade Sexual e Políticas Públicas de Educação: um novo dispositivo da sexualidade. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

direitos respeitando as diferenças - que se dão os embates em torno da introdução de programas de educação para a sexualidade que contemplem a diversidade sexual.

Butler sugere que a construção no espaço público da legitimidade de um saber que integre a diversidade sexual em nossas culturas pode nos ajudar a ultrapassar o modo de assujeitamento melancólico de incorporação da homossexualidade. Ela afirma que:

quando certos tipos de perdas são constrangidos por um conjunto de interditos culturalmente prevalentes, nós podemos esperar a emergência de uma forma de melancolia culturalmente prevalente que marca a interiorização do luto ausente e a impossível ligação homossexual. E lá, onde não existe nem reconhecimento, nem público suscetível de nomear e portar tal luto, a melancolia produz graves conseqüências culturais. Não nos espantemos, evidentemente, do fato de que quanto mais a identificação masculina é hiperbólica e defensiva, mais violenta é a ligação homossexual privada do luto. Neste sentido, nós podemos compreender tanto a 'masculinidade' como a 'feminilidade' como sendo formadas e consolidadas por meio de identificações que derivam em parte de um luto negado. Quando o interdito da homossexualidade é culturalmente dominante, a 'perda' do amor homossexual é apagada do fato de um interdito reiterado e ritualizado em toda a cultura (Butler, 2002, p. 208-9).

Se seguirmos a análise de Butler, podemos afirmar que a partir do momento que o não reconhecimento do sofrimento dos jovens LGBTTT na escola (e para além dela) deriva deste interdito cultural; no momento em que as políticas públicas reconhecem a homofobia/heterossexismo como fonte deste sofrimento culturalmente negado, podemos vislumbrar a emergência de condições sociais para a afirmação do que Didier Fassin (2005) chamou da biolegitimidade<sup>13</sup> de um grupo face à intervenção protetora das instituições públicas.

---

<sup>13</sup> Para Didier Fassin (2005), a biolegitimidade é o reconhecimento político do corpo e das origens do sofrimento a ele associado. Este reconhecimento social permite ultrapassar as fronteiras do físico e do psíquico assim como do sanitário e do social.

A explosão discursiva que marca o dispositivo da sexualidade na modernidade produziu uma série de conceitos que transformaram práticas em identidades, a partir de um esquadramento que traçou as linhas divisórias do normal e do patológico. A psicologia como discurso e como disciplina nasceu de fontes que constituíram o dispositivo por ocasião de sua emergência e, a partir de sua dinâmica interna, a própria disciplina passa a compor o dispositivo. Objeto privilegiado do dispositivo, a sexualidade também se torna objeto privilegiado da Psicologia. No decorrer do século XX vimos que, a partir dos termos que inicialmente designavam patologias, emergiram formas identitárias binárias. Assim, o termo homossexualidade passou a identificar certa “identidade homossexual”, o termo produziu seu oposto ao nomear *a posteriori* “o sujeito heterossexual” e, neste jogo no qual os discursos constituem os objetos dos quais falamos, fomos colocados frente a definições que nos interpelam: “ser homossexual” (o que implica em assumir *o que se é*) ou “ser heterossexual” (que é dado como pressuposto), sendo a bissexualidade (uma oscilação presa a binariedade) mantida como objeto de suspeita de todos/as aqueles/as que se identificam com estas categorias pólo (homo ou hetero).

Com a emergência da democracia sexual (Fassin, 2006) – a qual pode ser entendida como efeito político da pressão dos movimentos sociais pelo direito à livre expressão da sexualidade e que ganhou força institucional após a epidemia da aids ao buscar a igualdade de direitos independente da posição dos sujeitos no espectro da diversidade sexual ou de gênero – vemos uma tentativa de flexão da ação do dispositivo com o surgimento de termos que denunciam a opressão da lógica binária e seus efeitos políticos e de sofrimento psíquico. Estes termos são marcados por uma origem/sentido de caráter psicológico.

O termo homofobia foi inicialmente usado pelo psicólogo George

---

NARDI, H. C. Diversidade Sexual e Políticas Públicas de Educação: um novo dispositivo da sexualidade. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

Weinberg e adquiriu notoriedade após ser citado na revista *Time* em 1969 (portanto, no mesmo ano da revolta de Stonewall em Nova Iorque), o conceito foi retomado no seu livro *Society and the Healthy Homosexual* de 1972. O termo designa o medo irracional da homossexualidade que produz reações irracionais e o desejo de destruir o estímulo da fobia ou tudo que possa se relacionar a ela. Hoje o termo tem definições e usos múltiplos, podendo significar medo, aversão, discriminação, preconceito, etc. Daniel Borillo (2000), por exemplo, com já afirmamos, define homofobia como uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal. Estamos aqui distantes, portanto, da definição clássica de fobia. Uma das críticas ao termo é de que ele pode dar a entender que a ação discriminatória ou a violência contra homossexuais (o termo também instituiu variantes que incluem a longa versão das siglas do campo como, por exemplo, LGBTTFobia) seja derivada de um impulso irracional que se situa no campo da psicopatologia individual e não um preconceito reiterado socialmente (Herek, 2004). O termo que se apresenta como substituto ou complemento à homofobia é “heterossexismo”. Este deriva de sexismo (associado na sua origem à perspectiva feminista) e implica na concepção essencialista/naturalizada de que a heterossexualidade é superior do ponto de vista social, moral e do desenvolvimento psicológico às outras formas de expressão da sexualidade, pois a masculinidade e a feminilidade seriam necessariamente complementares. O heterossexismo seria a explicação e a base para uma estrutura e dinâmica sociais que privilegiam a heterossexualidade do ponto de vista institucional e político.

Neste jogo discursivo é importante compreender a linha divisória nos argumentos que parecem ser centrais no debate político em torno da democracia sexual e das ações de “combate à homofobia” na educação. Um deles se refere à igualdade de direitos e, vai buscar a extensão dos direitos

até agora restritos à família composta por um casal de sexos distintos (em nome do desenvolvimento normal da criança, por exemplo, no caso da adoção). Cabe salientar que para a construção da igualdade de direitos foi fundamental a retirada da homossexualidade do campo da patologia (o que não é o caso da transexualidade). O outro argumento se refere ao sofrimento psíquico associado à homofobia que se evidencia por altas taxas de suicídio em jovens homossexuais e por comportamentos de risco (sexo não protegido, abuso de álcool e drogas, etc.) que estariam relacionados ao preconceito derivado da homofobia e da falta de modelos identificatórios positivos presentes na escola e na mídia (Verdier e Firdion, 2003; Hershberger e D'Augelli, 1995; Savin-Williams, 1994). A referência permanente às taxas elevadas de suicídio nos jovens e dos comportamentos de risco serve de argumento central para as demandas feitas aos governos de diversos países. Entretanto, cabe salientar que mesmo que estes dados e esta constatação sejam importantes como alerta e como estratégia de convencimento das instituições públicas, a reiteração de um discurso psico-medicalizado pode contribuir para uma imagem estigmatizada da juventude LGBTTT, como já advertiu Mayberry (2006).

Nos argumentos que denunciam os efeitos deletérios do preconceito e da hostilidade contra a sexualidade não-heterossexual e a não conformidade de gênero, os saberes ligados à Psicologia são invocados. Entretanto, não se deve esquecer que neste jogo de verdades no qual a construção da legitimidade é uma disputa permanente, existem contra-argumentos, também derivados do campo da Psicologia e que fazem alusão a uma perspectiva essencialista dos comportamentos e das identidades de gênero e sexuais, que justificam uma hierarquização entre as sexualidades e sua patologização e restrição de direitos (Marques, 2010).

---

NARDI, H. C. Diversidade Sexual e Políticas Públicas de Educação: um novo dispositivo da sexualidade. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

## Breve nota final

Sucintamente podemos resumir o embate discursivo presente neste momento que estamos identificando como de transformação do dispositivo da sexualidade a partir do reconhecimento e legitimidade dos direitos sexuais como direitos humanos e de uma transformação da legitimidade moral e científica no campo institucional. Neste novo jogo os termos pecado, doença, comportamento contra-natureza, inversão, imoralidade, abominação para se referir à diversidade sexual e de identidade de gênero são excluídos do campo da ciência e dos discursos governamentais e os termos homofobia, direitos sexuais, direitos humanos, heterossexismo, heteronormatividade são introduzidos como recursos discursivos para a reversão das práticas de discriminação e preconceito. Ou seja, as formas de desqualificação das sexualidades não heterossexuais que nutriam a rede enunciativa que circulava no interior do dispositivo de forma legitimada até os anos 1960/1970 são alteradas com a introdução de termos e conceitos que denunciam os efeitos do preconceito baseado nas práticas divisórias que alimentavam o preconceito e a discriminação.

Entretanto, o campo de disputas está aberto, nas eleições presidenciais de 2010, pudemos ver o recrudescimento do discurso religioso conservador e a impossibilidade de afirmação do Estado Laico nos discursos de campanha. Vimos também o crescimento em 65% da bancada evangélica no Congresso Nacional. Estas são ameaças que não devem ser negligenciadas para o avanço das políticas que reconhecem a igualdade de direitos e para a sobrevivência da democracia. Cabe lembrar que a separação do Estado e da Religião é condição fundamental para as possibilidades do exercício da democracia nas disputas de legitimação em torno das possibilidades de viver em liberdade com respeito à diversidade que constitui o humano. Não

---

NARDI, H. C. Diversidade Sexual e Políticas Públicas de Educação: um novo dispositivo da sexualidade. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

esqueçamos: ciência é debate, política é debate, religião é dogma!

## Referências

- ABRAMOVAY, M; CUNHA, C. e CALAF, P. P. *Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas*. Brasília: RITLA/Sec. Educação Distrito Federal, 2009.
- ARÁN, M. e CORRÊA, M. V. Sexualidade e Política na Cultura Contemporânea: o reconhecimento social e jurídico do casal homossexual. *Physis*, 14 (2): 329-341, 2004.
- BORILLO, D. *L'homophobie. Que sais je?* Paris: PUF, 2000.
- BRITZMAN, B. P. O que é esta coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. *Educação & Realidade*, 21(1): 71-96, 1996.
- BUTLER, J. *Undoing Gender*. New York, Routledge, 2004.
- BUTLER, J. Le genre de la mélancolie/l'identification refusée. In : *La vie psychique du pouvoir : l'assujettissement en théories*. Paris: Ed. Leon Scherer, 2002.
- DALEY, A. et al. Traversing the margins: intersectionalities in the bullying of lesbian, gay, bisexual and transgender youth. *Journal of Gay & Lesbian Social Services*, Vol. 19(3/4): 9-30, 2007.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Ed. 34, 2010 [1972].
- FIPE. *Pesquisa sobre Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar*. São Paulo/Brasília: MEC/INEP, 2009.
- DORAIS, M. e VERDIER, E. *Petit manuel de gayrilla, ou comme lutter contre l'homophobie au quotidien*. Paris : H&O Ed., 2005.
- FASSIN, D. Biopouvoir ou Biolégitimité: splendeurs et misères de la santé publique. In: GRANJON, M.C. (org) *Penser avec Michel Foucault : théories critiques et pratiques politiques*. Paris: Karthala, 2005.
- FASSIN, D. Nommer, interpréter. Le sens commun de la question sociale. In: FASSIN, D. e FASSIN, E. (org.) (2006). *De la question sociale à la question raciale: représenter la société française*. Paris: La Découverte.
- FASSIN, E. La démocratie sexuelle et le conflit des civilisations. *Multitudes* 26 :123-131, 2006.
- FASSIN, E. Genre et Sexualité. In: GRANJON, M.C. (org) *Penser avec Michel Foucault : théories critiques et pratiques politiques*. Paris, Karthala, 2005b.
- FOUCAULT, M. Entretien avec Michel Foucault. In: FOUCAULT, M. *Dits et Ecrits*, Vol. IV. Paris : Gallimard.1994.
- 
- NARDI, H. C. Diversidade Sexual e Políticas Públicas de Educação: um novo dispositivo da sexualidade. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

- FOUCAULT, M. *Histoire de La Sexualité I: la volonté de savoir*. Paris: Gallimard, 1976.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Diversidade sexual e homofobia no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Rosa Luxemburg Stiftung, 2008.
- HEREK, G.M. Beyond "homophobia": Thinking about sexual stigma and prejudice in the twenty-first century. *Sexuality Research and Social Policy*, 1(2), 6-24. 2004.
- HEREK, G.M. The context of anti-gay violence: notes on cultural and psychological heterosexism. *Journal of interpersonal violence*, (5): 316-333, 1990.
- HERSHBERGER, S. e D'AUGELLI, A.R. The impact of victimization on the mental health and suicidality of lesbian, gay and bisexual youth. *Developmental Psychology*, 37(1): 65-74, 1995.
- LELIÈVRE, C. e LEC, F. *Les Profs, L'école et la sexualité*. Paris, Odile Jacob, 2005.
- LERT, F. Traiter de l'homosexualité en milieu scolaire. In: BROQUA, C.; LERT, F. e SOUTEYRAND, Y. (org) *Homosexualités au temps du sida: tensions sociales et identitaires*. Paris, ANRS/CRIPS, 2003.
- LOREA, R. A. Acesso ao aborto e liberdades laicas. *Horiz. antropol.*12(26): 185-201, 2006
- LOURO, G. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. (org) *O corpo educado: pedagogias da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- MARQUES, D. M. A(s) Clínica(s) Psicológica(s) e a Diversidade Sexual: percorrendo trajetórias de vida. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2010.
- MAYBERRY, M. The story of a Salt Lake City Gay-Straight Alliance: identity work and LGBT youth. *JGLIE*, 4(1): 13-31, 2006.
- NARDI, H. C. Youth Subjectivity in Brazilian Cultural and Educational Context. *Journal of Gay and Lesbian Issues in Education*. 3(2-3): 127-133, 2006.
- NARDI, H. C. O estatuto da diversidade sexual nas políticas de educação no Brasil e na França: a comparação como ferramenta de desnaturalização do cotidiano de pesquisa. *Psicologia e Sociedade*, V. 20(n esp.): 12-23, 2008.
- NARDI, H. C. e QUARTIERO, E. T. Subjetividade e sexualidade no cotidiano das práticas escolares. In: PASINI, E. (Org.). *Educando para a Diversidade*. Porto Alegre: Nuances, 2008.

---

NARDI, H. C. Diversidade Sexual e Políticas Públicas de Educação: um novo dispositivo da sexualidade. Em TOMANIK, E. A. e CANIATO, A. M. P. (Orgs). *Psicologia Social: desafios e ações*.

- NARDI, H. C. e POCAHY, F. LGTB Youth and Issues in South America. In: SEARS, J. T. (org.) *Youth, Education and Sexualities: an international encyclopedia*. Vol. II. Westport: Greenwood Press, 2005.
- PAIVA, V. Cenas Sexuais, Roteiros de Gênero e Sujeito Sexual. In: BARBOSA, R. e PARKER, R. *Sexualidade pelo Averso: direitos, identidades e poder*. Rio de Janeiro: IMSUERJ/São Paulo: Ed. 34, 1999.
- RICH, A. Compulsory heterosexuality and lesbian existence. *Signs*, 5(4):631-60, 1980.
- RIOS, R. R. Para um direito democrático da sexualidade. *Horiz. antropol.*, 12(26):71-100, 2006.
- SAVIN-WILLIAMS, R.C. Verbal and physical abuse as stressors in the lives of lesbian, gay male and bisexual youth. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 62(2):261-269, 1994.
- SEARS, J. T. Introduction. In: SEARS, J. T. (org.) *Youth, Education and Sexualities: an International encyclopaedia*. Vol. I. Westport: Greenwood Press, 2005.
- UZIEL, A. P. et al. Parentalidade e conjugalidade: aparições no movimento homossexual. *Horiz. antropol.*, 12(26):203-227, 2006.
- VERDIER,É. e FIRDION, J-M. *Homosexualités & suicide. Les jeunes face à l'homophobie. Études, témoignages et analyse*. Paris: H & O Ed., 2003.
- ZAMBRANO, E. Parentalidades "impensáveis": pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. *Horiz. antropol.* 12(26):123-147, 2006.
- WEINBERG, G. *Society and the Healthy Homosexual*. New York: St. Martin's Press, 1972.